

Março / 2019

INTERNACIONAL

EUROPA

Com a desaceleração do setor industrial na Alemanha tornando-se mais acentuada, a atividade econômica na zona do euro vem mostrando fraqueza, depois de uma ameaça de recuperação no início do ano. O PMI composto desacelerou de 51,9 pontos em fevereiro, para 51,3 pontos em março. A maior queda foi a do PMI industrial, sendo que o de serviços teve pequena variação.

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 7,8% em janeiro, manteve-se nesse mesmo patamar em fevereiro, resultado em linha com as previsões dos analistas.

Quanto à inflação do consumidor, depois de ter registrado um avanço anual de 1,5% em fevereiro, desacelerou para 1,4% em março de 2019, voltando para o nível de janeiro e distante da meta de 2% do Banco Central Europeu - BCE.

Em sua reunião no início de março, o BCE manteve inalterada, em 0% a taxa de refinanciamento e em -0,40% a taxa de depósito dos bancos e afirmou que agora pretende manter inalteradas as taxas de juros até o final de 2019.

EUA

Com a paralisia do governo norte-americano no início do ano, o Departamento de comércio dos EUA divulgou efetivamente a estimativa final do PIB do EUA no quarto trimestre de 2018, só no final de março. Nesse período a economia cresceu 2,2% anualizados, para terminar o ano com uma expansão de 2,9%, sendo que em 2017 havia sido de 2,2%.

A criação de vagas de trabalho não agrícola em março de 2019 foi de 196 mil novos postos, quando a expectativa era de 180 mil. A taxa de desemprego, que era de 3,8 em fevereiro, permaneceu nesse mesmo patamar em março.

Em sua reunião no final de março, o FED manteve na faixa entre 2,25% e 2,50% a taxa básica de juros e seus membros abandonaram projeções de novas altas nos juros neste ano, por conta da possibilidade de desaceleração da economia.

ÁSIA

Na China, depois que o governo reduziu a meta de crescimento do PIB em 2019 de 6,5%, para algo entre 6% e 6,5%, está havendo uma intensificação de medidas de estímulo ao crescimento econômico. Reduzir os empréstimos compulsórios dos bancos para estimular financiamentos para pequenas e médias empresas, que têm papel chave no crescimento do PIB, é uma delas.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento de 2,73% a.a. no final de fevereiro, terminaram março com rendimento de 2,41% a.a. Já os títulos emitidos pelo governo britânico rendiam 0,99% a.a., enquanto os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de março com rendimento negativo de 0,068%. Paralelamente, no mês, o dólar se valorizou 1,35% perante o euro e se desvalorizou 0,47% e perante o yen.

Já as bolsas internacionais tiveram em fevereiro outro mês de mais altas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) subiu 0,09% no mês e a inglesa (FTSE 100) 2,89%, a do Japão (Nikkei 225) caiu 0,84% e a americana (S&P 500) avançou 1,79%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês 3,57%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia do PIB, ficou negativo em 0,41% em janeiro, em relação a dezembro, mas teve alta de 0,79% em relação a janeiro do ano passado e de 1% em doze meses.

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 12% no trimestre encerrado em janeiro, subiu para 12,4% no trimestre encerrado em fevereiro. Cerca de 13,1 milhões de pessoas estavam sem trabalho.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 14,9 bilhões em fevereiro, comparativamente a déficit de R\$ 17,4 bilhões em fevereiro do ano anterior.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 373,4 bilhões (5,42% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 479,2 bilhões (6,95% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em fevereiro R\$ 5,33 trilhões (77,4% do PIB).

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), depois de ter registrado alta de 0,43% em fevereiro, subiu 0,75% em março, com os grandes aumentos concentrados nos grupos alimentação e transportes. No ano acumulou variação de 1,51% e em doze meses de 4,58%, acima do centro da meta do Banco Central, que é de 4,25%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,77 em março, após ter subido 0,54% em fevereiro. No ano acumulou alta de 1,68% e de 4,67% em doze meses.

JUROS

Em sua reunião no final de março, o Copom decidiu manter a taxa Selic no seu piso histórico de 6,5% ao ano e indicou que, diante da retomada econômica abaixo do esperado, o balanço de riscos para a inflação tem pesos iguais tanto pra cima quanto pra baixo. Foi o primeiro encontro sob o comando do economista Roberto Campos Neto.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de março cotada em R\$ 3,8967, com uma valorização de 4,23% no mês.

Em fevereiro, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 1,1 bilhão, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 13,9 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 8,4 bilhões em fevereiro e acumularam US\$ 89,5 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US\$ 378,4 bilhões no final do mês.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em março de 2019 um superávit de US\$ 4,99 bilhões, o pior resultado para o mês desde 2016. No ano o superávit acumulado foi de US\$ 10,88 bilhões.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de janeiro acabou sendo o do IMA-B 5, com alta de 0,78%, seguido do IDKa 2A (IPCA), com alta de 0,67% e do IRF-M 1+, com alta de 0,63%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, o mês de março foi ruim, com queda de 0,18%, acumulando, em doze meses, alta de 11,77%. O índice encerrou o mês e o ano em 95.415 pontos.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Enquanto tanto o FED, quanto o Banco Central Europeu não planejam aumentos nos juros, pelo menos até o final do ano, os mercados financeiros ao redor do mundo continuam centrando as suas atenções na “guerra comercial” promovida pelo governo Trump e sem perspectiva de terminar. O foco volta a ser a União Europeia.

Ao mesmo tempo as atenções seguem também voltadas para a China, no seu esforço de manter o crescimento econômico dentro do planejado.

MERCADO NACIONAL

No Brasil as atenções continuarão totalmente voltadas para o rito de aprovação da reforma da Previdência, importante sinalizador do compromisso do governo com o ajuste das contas públicas. Volatilidade mais alta à frente.

Em relação às aplicações dos RPPS, aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção por conta das posições assumidas pelo gestor.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 30% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação agora sugerida é de 15%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo).

Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição máxima de 30%, por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais superam a meta atuarial.

Para a alocação em fundos multimercado a nossa sugestão é de 10% dos recursos e de 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado enquadrados para os RPPS. Para o investimento em ações, a nossa recomendação é de 15% dos recursos, tendo-se em vista o potencial de crescimento das empresas neste e nos próximos anos, como já dissemos, em uma conjuntura de baixa inflação e taxas de juros nas mínimas históricas. Muito embora ainda esteja no campo das expectativas, a implementação das reformas estruturais demandadas pelo mercado em muito também poderão influenciar o comportamento positivo das ações, no futuro.

Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture) *	0%
Gestão do Duration	25%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2)	30%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	15%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	15%
Multimercados	10%
Fundos de Participações**	2,5%
Fundos Imobiliários **	2,5%
<u>Investimento no Exterior</u>	0%

* Aos clientes que investem em FIDC / Crédito Privado / Fundo Debênture, utilizar como limite máximo o percentual destinado ao Médio Prazo.

** Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição de 15% aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.